

# Nordeste também vai pressionar

Os coordenadores do movimento

"bancada do Nordeste na Constituinte"

voltam a se reunir na próxima semana,

para traçar uma estratégia de ação com o objetivo de aprovar no plenário da Constituinte as dez reivindicações básicas do grupo para a região, principalmente a regionalização do orçamento através de critério populacional e a redistribuição da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI com os estados e municípios.

Segundo o deputado José Luiz Maia (PDS-PI), um dos idealizadores da mobilização do grupo nordestino, o próximo passo é trazer a Brasília todos os governadores, líderes sindicais, empresariais e políticos da região, para um trabalho de pressão junto aos constituintes. Outra meta importante é trazer às reuniões a bancada de parlamentares das regiões Norte e Centro-Oeste que juntas formam maioria dentro da Constituinte (284 votos ao todo), com força para aprovar tudo o que quiserem

A bancada do Nordeste na Constituinte é formada por 178 parlamentares, (1/3 dos constituintes), sendo 27 senadores e 151 deputados federais. A esse número juntam-se ainda 27 constituintes nordestinos eleitos por outros Estados, entre os quais três líderes partidários: Luís Ignácio "Lula"

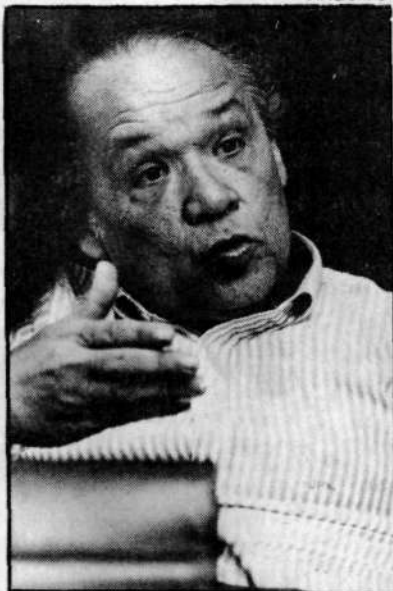


da Silva, do PT (cearense), Brandão Monteiro, do PDT (maranhense) e Siqueira Campos do PDC (cearense). A idéia dos nordestinos é tentar sensibilizar esse grupo para fechar com as propostas da bancada.

## Emendas

Na Comissão de Sistematização o grupo apresentou dez emendas de adequação. Na visão de José Luiz Maia, o texto como está já atende às duas metas principais para o Nordeste. Pelo texto, fica estabelecida a regionalização do orçamento da União pelo critério proporcional à população das regiões macroeconômicas e fica previsto a distribuição de 46% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI com os Estados e municípios na proporção de 25,5%

ARQUIVO



Brandão apóia nordestinos

para os Estados, 22,5% para os municípios e 2% para o Norte e Nordeste.

Segundo Maia, essas duas medidas constitucionais permitirão que a região disponha dos recursos indispensáveis para que autodetermine o seu desenvolvimento.

Outra estratégia do grupo é a pressão constante ao Poder Executivo, para forçar medidas indispensáveis ao desenvolvimento agropecuário do Nordeste. Eles têm empreendido uma verdadeira peregrinação aos ministérios de interesse da região e no mês de maio conseguiram levar cinco ministros (Fazenda, Planejamento, Irrigação, Interior e Agricultura) a visitarem o alto sertão da Paraíba, em plena crise da chamada "Seca Verde", que destruiu cerca de 80% de toda a produção de alimentos.

Maia explica que pelo menos três medidas já saíram como resultado desse trabalho: a suspensão da correção monetária para os empréstimos agrícolas até 31 de dezembro de 1987; a extensão dessa suspensão aos empréstimos pecuários, nos municípios declarados em calamidade pública e a formação pelo Ministério da Fazenda de uma assessoria encarregada de estudar formas de subsídios que garantam a atividade agropecuária no Nordeste de 31 de junho a 31 de dezembro do próximo ano. O parlamentar ressaltou, porém, que a promessa mais importante, feita pelo ministro Bresser Pereira, da Fazenda, foi a de que a partir de 1988 os recursos para o setor, sob a forma de subsídios, vão ser mandados pelo Governo já no orçamento da União, que deve chegar em agosto ao Congresso Nacional, para aprovação. (Bilau Pereira)